

- XCI -

TRABALHO DOCENTE EM ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL: POLÍTICA DE TURNO ÚNICO – RIO DE JANEIRO

Flávia Silva Martins⁵⁵ (UNIRIO/BR)
flavsmartins@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente estudo se propôs a investigar a compreensão dos docentes que atuam nos anos iniciais, em regime de 40 h, sobre o seu trabalho na política de educação em tempo integral da cidade do Rio de Janeiro – o Turno Único. Para isso, elegemos os seguintes objetivos: (i) inferir/depreender como o docente dos anos iniciais, que atua nas escolas de turno único, em regime de 40h, concebe a educação em tempo integral da rede de ensino quanto à função dessa escola, (ii) à finalidade do tempo integral e (iii) quanto ao seu trabalho na política de educação em tempo integral. Centramos nossa discussão em torno da natureza deste trabalho (VIEIRA; FONSECA, 2010), da função docente (SILVA, 2010; ROLDÃO, 2007) e da função da escola de tempo integral (CAVALIERE, 2007, 2009; CURADO SILVA, 2015), associado ao seu modo de organização e às suas condições a partir dos estudos da Sociologia da Educação. Adotamos como caminho metodológico a abordagem qualitativa, composta por pesquisa bibliográfica, análise documental e *survey online*. A pesquisa foi realizada no período de dezembro a fevereiro de 2018, sendo respondida por cento e dois docentes elegíveis aos critérios estipulados. Optamos por apresentar neste resumo ampliado uma síntese dos achados desta investigação.

⁵⁵ Formada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO. Mestre em educação UNIRIO. Técnica em Assuntos Educacionais/UFRJ.

“OLHARES” DOS DOCENTES SOBRE O SEU TRABALHO

A partir do cabedal teórico acumulado sobre o trabalho docente e a educação em tempo integral constatamos que, ao analisarmos os aportes normativos que versam sobre este trabalho, muitos desses documentos veiculam as mesmas determinações da política global. Podemos citar a Meta 7 do PNE 2014-2024 (BRASIL, 2014), que associa a qualidade da educação ao mérito docente, indicando o estabelecimento de políticas para melhora dos índices educacionais pelos sistemas de ensino. Esta perspectiva, de acordo com Shiroma e Evangelista (2015), direciona o trabalho docente pela lógica do ‘espírito toyotista’ que exige um profissional flexível e polivalente, sendo este responsabilizado pela aprendizagem e desempenho dos estudantes. A partir da análise da legislação municipal, constatamos características da lógica gerencialista implantada na educação carioca no governo Paes (2009-2016). Tal política provocou muitas alterações no trabalho do professor, por meio da introdução de tecnologias de controle da atividade docente e por mecanismos subjetivos de comparabilidade e exaltação da meritocracia.

Foi evidenciado pela maioria das respostas dos docentes (76%) que eles primam pela qualidade do tempo pedagógico, visando uma formação mais completa e diversificada para os sujeitos. No entanto, quando esses mesmos docentes são convidados a opinar sobre o modelo de escola em que trabalham, evidencia-se certa falta de clareza sobre os fundamentos formativos da política de Turno Único, o que reflete o distanciamento dos professores pesquisados da etapa de sua formulação na rede de ensino carioca. Constatamos que assumem um papel de executores desta política, embora uma grande parcela afirme possuir certo controle sobre o processo de organização do seu trabalho e sobre os seus resultados. Pelo exposto, parece-nos que o trabalho docente na escola de turno único tem por função fazer com que os alunos melhorem seu desempenho, em função da maior exposição às atividades escolares, sem considerar a qualidade desse tempo no aspecto pedagógico e formativo, o que causa estranhamento e esvaziamento da função docente na escola de tempo integral.

Outra questão que se evidencia nesta pesquisa foi o fato de a maior parte dos respondentes (73%) afirmarem que uma ou mais atribuições que lhe são conferidas não são inerentes ao seu trabalho. Neste sentido, avaliamos que a política de Turno Único provocou alterações no trabalho dos professores, intensificando suas atribuições, em função do aumento do tempo de atendimento aos alunos, com acréscimo de aulas convencionais, muitas vezes sob condições inadequadas de trabalho.

Quanto à compreensão dos docentes sobre o seu trabalho na política de Turno Único, os depoimentos apresentaram uma diversidade de significados e sentidos. Alguns concebem este trabalho como ‘amor, prazer, satisfação, realização’, outros o aliam ao ‘prazer e sofrimento’. Alguns consideram como um ‘desafio, superação’ ou que exige maior ‘dedicação, comprometimento’. Quando essa compreensão se atrela especificamente às condições de trabalho, à função docente e à função da escola de tempo integral, pudemos perceber com mais profundidade as determinações da política educacional gerencialista, em que o trabalho é compreendido como uma atividade técnica-instrumental, com foco na dimensão individual em detrimento da gestão coletiva, além de assumir outras funções, além da pedagógica. Podemos afirmar que os depoimentos dos docentes refletem as determinações objetivas e subjetivas sobre o seu trabalho na política de Turno Único. Apesar de maioria dos respondentes acreditar que a escola de tempo integral deve propiciar uma formação mais completa para o alunado, nos parece que esta compreensão não é parte de um projeto formativo desta política.

UM “OLHAR” SOBRE OS “OLHARES” DOCENTES SOBRE OS EU TRABALHO

A partir da análise das respostas da questão aberta - com limitação até cem caracteres para resposta, verificamos que a maioria dos docentes define seu trabalho por meio palavras ‘exaustivo’ – 17%, ‘cansativo’- 13% e ‘árido’ – 13%, entre outras denominações equivalentes, que expressam a sua intensificação e o sofrimento docente. Em contrapartida, uma grande parte também associa o trabalho ao ‘amor, satisfação’ – 15% e 6%, respectivamente.

Constatamos que 73% dos professores que atuam na escola de turno único afirmam absorver mais funções além daquelas que lhes são inerentes. Além disso, 67 docentes afirmam ter um controle parcial sobre o processo de organização do seu trabalho e 78 deles declaram ter controle parcial sobre os seus resultados. Sem condições de trabalho adequadas, em função da supressão do tempo extraclasse, do prolongamento do tempo de ensino e/ou do trabalho pedagógico em sala de aula e de condições materiais insuficientes para desenvolver um trabalho qualitativo na escola de tempo integral, os professores se sentem, em sua maioria, alijados de sua função pedagógica, com poucas possibilidades de momentos de reflexão sobre a sua prática, sob uma forma de organização do trabalho prescrita, revelando a proletarização e a precarização deste trabalho.

A ampliação da função docente por conta da organização do tempo escolar para o tempo integral é outra questão evidenciada nas declarações dos respondentes. Percebemos,

em alguns depoimentos, que os professores despendem grande parte de seu tempo de ensino no ‘cuidar’ e na resolução de conflitos provenientes da violência na sala de aula. A concepção de educação presente na política de Turno Único refletida em algumas falas das docentes, nesta pesquisa, demonstra que a escola de tempo integral na rede de ensino do Rio de Janeiro tem cumprido uma função pedagógica, em que prevalece um modelo convencional de ensino, conforme descrito por Cavaliere (2007), em que a extensão do tempo de escola significa mais aprendizagem para os alunos, sem considerar a qualidade desse tempo pedagógico e a multidimensionalidade dos saberes.

Ressaltamos que, apesar de a maioria dos docentes ter declarado que a escola de tempo integral deve proporcionar aos sujeitos uma formação mais completa (76%), a forma de organização do tempo escolar para o tempo integral não propicia, a nosso ver, a educação integral na escola de turno único, pois não se efetiva como uma política educacional neste objetivo. A maioria dos professores afirma (79%) que o tempo integral interfere no desempenho do aluno somente se o tempo pedagógico dedicado a ele for qualitativo. Talvez este motivo justifique o fato de apenas 40% dos docentes ser a favor do turno integral para todos os estudantes nesta rede de ensino. Na ausência de um projeto formativo sólido, e sem condições adequadas de trabalho para os docentes, é muito improvável que haja adesão à política de Turno Único. Apresentamos a seguir as considerações finais sobre os resultados desta investigação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de levantamento teórico acumulado sobre o trabalho docente e a educação em tempo integral, mais análise dos aportes normativos e pesquisa empírica, constatamos que a política de educação em tempo integral na rede de ensino carioca foi instituída sob o viés gerencialista, provocando muitas alterações no trabalho do professor, por meio da introdução de tecnologias de controle da atividade docente e por mecanismos subjetivos de comparabilidade e exaltação da meritocracia. Os resultados da *survey* revelam, entre outros aspectos, que a política educacional carioca atribui aos professores da sua rede de ensino um novo sentido para seu trabalho, baseado na política da gestão por resultados, provocando a sua intensificação e causando sofrimento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 13.005 de 25 de junho 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 25 de jun. 2014.

CAVALIERE, A. M. V. Escolas de tempo integral versus alunos em tempo integral. **Em aberto: educação integral em tempo integral**, Brasília, v. 22, n. 80, p. 51-63, 2009.

_____. Tempo de escola e qualidade na educação pública. **Educação & Sociedade** (impresso), Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, 2007, p. 1015-1035. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1828100>>. Acesso em: 04.abr.2017

CURADO SILVA, K. A. A formação de professores para a educação integral na escola de tempo integral: impasses e desafios. **Anais... XVII Encontro Nacional de Prática de Ensino – ENDIPE**. – Fortaleza: CE: EdUECE, 2015. (recurso digital) (Coleção Práticas Educativas) Disponível em <<http://www.uece.br/endipe2014>> Acesso em 13.jul.2017

SHIROMA, E. O.; EVANGELISTA, O. Formação humana ou produção de resultados? Trabalho docente na encruzilhada. **Revista Contemporânea de Educação**, [S.l.], v. 10, n. 20, p. 314 a 341, dez. 2015. ISSN 1809-5747. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/2730>. Acesso em: 06 Jun. 2018.

VIEIRA, J.S.; FONSECA, M.S. Natureza do trabalho docente. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM